

Resoluções e Moções deliberadas no III Congresso Estadual da Nova Central de Minas Gerais:

- NCST-MG intensificará a campanha pelo Piso Salarial em MG;
- Carta ao Governador, ao Presidente da ALMG, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e aos deputados Estaduais solicitando a aprovação do Piso Salarial Estadual;
- Carta aos deputados solicitando a aprovação do Piso dos Advogados e da Enfermagem;

Moções

- Apoio ao Piso Salarial Estadual e aos pisos de advogados e da enfermagem;
- Em defesa do IPSEMG e contra o seu sucateamento;
- Em defesa do DER, contra o sucateamento e a terceirização;
- Contra o fechamento da Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego;
- Contra a aprovação do PL-4330 – em defesa da CLT;
- Contra a terceirização nos serviços públicos e privados;
- Reforma Agrária e apoio ao pequeno e médio camponês;
- Direito de Greve e valorização dos servidores públicos em Minas Gerais– regulamentação da Convenção 151 da OIT – conforme projeto de autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, em tramitação na Assembleia Legislativa de MG;
- Pela Imediata votação do fim Fator Previdenciário;
- Apoiar a luta pela aplicação de 10% do PIB para os serviços públicos de saúde e defender a aplicação legal;

- Defender a rigorosa aplicação de investimento de, no mínimo 25% dos impostos estaduais no ensino fundamental e médio;
 - Pela imediata aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, nos termos do substitutivo discutido pelas entidades;
 - Contra a privatização e a terceirização dos serviços na Cemig – concurso público. Valorização dos Eletricitários e dos trabalhadores terceirizados no setor;
 - Pela valorização permanente do salário mínimo:
 - - Incentivar os processo de desaposentação de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu o direito à troca de benefícios para o segurado que, após se aposentar, continuou contribuindo para o INSS, garantindo, dessa forma, uma nova aposentadoria mais vantajosa, abrindo mão da anterior, incluindo no novo benefício o período de contribuição sem o benefício correspondente.
- Ao se aposentar, o trabalhador ou a trabalhadora pode continuar na ativa, mas, com a obrigação de continuar recolhendo para a Previdência Social, consistindo em um pagamento sem nenhum retorno. Esse tempo de recolhimento pode ser utilizado em uma nova aposentadoria, mas, como é vedado o recebimento de duas aposentadorias, a desaposentação consiste na renúncia à antiga aposentadoria em favor de uma nova, caso esta seja mais vantajosa.
- Mobilizar sindicatos e federações filiadas à Nova Central MG para o enfrentamento com as privatizações no Estado;
 - Atuar de forma contínua em defesa dos aposentados e pensionistas, inclusive dos serviços públicos, para garantir paridade nos vencimentos e preservação do poder de compra dos proventos;
 - PL 12.619 – Lei da Vida – por sua imediata implantação em nível federal e estadual;

- Pela Revogação da portaria 186 – em defesa da liberdade e autonomia sindical;

Contra a intervenção do Ministério Público nas entidades sindicais, pela taxa assistencial, garantindo autonomia na arrecadação de receitas e na sua aplicação;

- Saudação aos 70 anos da CLT;

- Pela Aprovação do PL Federal 1332 – Regulamentação das Guardas Municipais – carta aos deputados federais;

- Dia dos bancários (moção)

- Em defesa de serviços públicos de qualidade em Minas Gerais, com valorização profissional e salário decente;

- Contra a automação e mecanização da produção e dos serviços sem garantias do emprego (por exemplo, setor de transporte, comércio, indústria e serviços, entre outros);

- Nota de repúdio ao ministro do Trabalho e Emprego , Manoel Dias, pela sua manifestação pública favorável ao PL 4330 (da terceirização), que significa a desregulamentação ampla, geral e irrestrita dos direitos sindicais e trabalhistas, numa postura contrária à classe trabalhadora, seus direitos e sua saúde.

- Por condições de trabalhos dignas para motoristas e trocadores;

- Contra dispensa imotivada (Convenção 158 da OIT);

- Desenvolver ações permanentes para a incorporação de mulheres e jovens nos quadros da Nova Central MG;

- Atuar pelo resgate das Superintendências Regionais do Trabalho em Minas Gerais;

- Participar de ações e movimentos em defesa dos direitos da classe trabalhadora e contra todas as formas de trabalho degradante no Estado;

- Reconhecimento entidades filantrópicas e beneficentes como parceiras do poder público, nas três esferas, na elaboração e execução dos convênios;

Formação

- Implantação imediata do plano estadual de formação sindical da Nova Central MG.